

INSTITUTO RIO BRANCO

POLÍTICA EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO

Discurso de paraninfo pronunciado em 10 de dezembro de 1963 por
SAN TIAGO DANTAS

Recebi desvanecido a honra de paraninfo, nesta solenidade, a turma de diplomatas de 1963. Não oculto que além do apreço, que tenho pelo Instituto Rio Branco, de onde ela procede, contribui para esse desvanecimento a circunstancia de conhecer a inquietação e o inconformismo dos jovens que a integram, diante dos problemas irresolvidos de sua formação, de sua carreira, e da própria política internacional do nosso País.

É animador pensar que esse inconformismo é a marca de uma geração nova, e representa a última fase de uma transformação de mentalidade, que se vem processando em poucos anos, e superpondo a sua influência aos modos de pensar e agir remanescentes de fases anteriores.

A característica dominante da primeira fase foi uma posição idealista, de afirmação de conceitos sem ligação com a realidade. Essa atitude dominou a cultura, a política e outras formas de liderança social, e no terreno da política exterior o que pôde produzir foi a valorização de certas ficções, sobretudo de natureza jurídica, nem sempre correspondentes aos interesses específicos do País.

Já a fase seguinte foi marcada pelo descrédito daquele idealismo, mas, ao perder-se a confiança nas ficções e nas formas, não se soube substituí-las por critérios racionais e conceitos válidos, derivados de uma apreensão objetiva da realidade. Passou a prevalecer um realismo rudimentar, uma incapacidade persistente de racionalizar soluções, desfechando numa espécie de fatalismo, em que se torna passivo, e muitas vezes desorientador, o papel desempenhado pelo homem publico.

Na política externa, o resultado é a abdicação de responsabilidades e de iniciativas, enquanto a diplomacia se transforma numa atividade assessorial e informativa, e gradualmente se desengaja do seu objetivo primordial, que é induzir, por meios políticos, decisões do interesse do País em áreas de deliberação não dependentes de sua soberania.

A fase seguinte, de que o inconformismo da nova geração é o sinal e prenúncio, mas que já se acha representada por elementos expressivos nos quadros dirigentes de hoje, será realista no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência e será, ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões, estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão.

Foi deste realismo que surgiu a política externa independente do País, e é de acordo com ele que se podem renovar e reafirmar, daqui por diante, as suas características e objetivos. Merece uma reflexão acurada o processo mediante o qual se opera a adoção, e se assegura a preservação dessa política. A conquista da objetividade, no

comportamento externo, como no interno, não traduz apenas uma decisão de governo, mas sobrevém como o fruto de um amadurecimento cultural. Enquanto vemos a nossa realidade social, e definimos nossos objetivos, mediante conceitos sem validade universal, elaborados através da óptica de outros povos, ou mesmo de grupos sociais e econômicos, internos ou externos, diferenciados do interesse global do País, a política externa que podemos fazer é, ainda que inconscientemente, uma política dependente, cuja coincidência com o interesse vital da nação pode ser, quando muito, eventual e transitória.

À medida, porém, que a consciência do povo reflete as suas contradições sociais, e substitui a imagem imposta de seus interesses e deveres, por uma imagem válida, induzida, sem intermediários, de sua própria realidade, a elaboração de uma política externa própria torna-se possível, e tal política pode ser denominada independente.

É curioso observar que a reação havida entre nós, em certos meios, contra o próprio uso da expressão "política externa independente" e, sobretudo contra a afirmação de que ela representava um comportamento distinto do observado anteriormente, proveio, em grande parte, de se haver querido dar aos termos "dependente" e "independente" uma simples conotação moralística.

Não se compreendeu que a "dependência" de uma política externa, em vez de um servilismo, ou sujeição consciente a imposições feitas do exterior, é um fato a ser explicado à luz de critérios sociológicos, e não a ser julgado por critérios puramente morais. A "independência" só se alcança, quando a consciência política do País, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional, e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades.

É aí que a nova política externa do Brasil se coloca em correlação íntima com a apropriação pela consciência nacional da revelação de que o subdesenvolvimento, em que vivemos, não é, como já se quis fazer crer, uma simples etapa histórica natural, uma "adolescência" de país novo, a resolver-se espontaneamente com o curso do tempo, mas um estado de inferioridade e dominação, que se não for rompido por uma política emancipadora e revolucionária, tenderá, não apenas a manter-se e confirmar-se, mas a acentuar-se, no relativismo da posição em que ficamos, juntamente com outros povos, perante as áreas desenvolvidas do mundo.

Essa revolução emancipadora pode ser democrática e pacífica, como pode vir a ser totalitária e violenta, mas em qualquer caso será uma revolução, no sentido de que os seus resultados não se alcançarão com o simples desdobramento linear e o amadurecimento das estruturas sociais vigentes, mas pedem a sua reforma, a quebra de sua continuidade no tempo, e o seu ajustamento a uma nova realidade.

A tomada de consciência das causas dessa "inferioridade auto-sustentada", que é, em última análise, o estado de subdesenvolvimento, gera as condições para a formulação de uma política externa, que daí por diante pode ser chamada "independente".

É natural que elas se apresentem, em nossa época, com curtos intervalos, em diversos países chegados ao mesmo estágio de maturação e de conquista da objetividade, e que, assim sendo, surja, entre os povos subdesenvolvidos, uma afinidade, que em muitos casos se traduzirá em identidade de interesses e posições internacionais.

À medida que a natureza do subdesenvolvimento e suas causas passar a refletir-se na consciência desses povos, uma política externa com peculiaridades nacionais, mas com uma linha geral comum, unificará a conduta internacional desses países, sem lhes emprestar um sentido de bloco, mas pondo em evidência uma nova fôrça histórica.

É o que temos visto, aliás, suceder em nosso hemisfério, onde o pan-americanismo, que tão grandes serviços tem prestado, sobretudo no terreno político e jurídico, abre hoje espaço à afirmação paralela de um latino-americanismo, no qual se exprime, não uma restrição ou hostilidade aos Estados Unidos, mas a posição comum dos povos subdesenvolvidos americanos em face do grande Estado industrializado, cujos interesses, na mesma área geopolítica, se diferenciam dos nossos, e a eles, não raro, se contrapõem.

Quais as características mais gerais e constantes dessa política externa independente, nascida da evidenciação e do julgamento objetivo do subdesenvolvimento e das causas que o sustentam? Creio que o primeiro aspecto a salientar é a identificação indispensável entre "emancipação" e "desenvolvimento". O desenvolvimento não é, visto na inteireza do seu significado, apenas um aumento quantitativo do produto nacional, capaz de elevar os índices de renda per capita. É um processo de liberação da economia, da cultura e da vontade política da nação, que lhe permite desvencilhar-se das limitações inerentes à escassez de recursos com que dominar a natureza, e traçar as linhas de ascensão do homem e da sociedade de acordo com sua liberdade e seu esforço.

Assim entendido, o desenvolvimento, tanto procura os meios técnicos e materiais de atingir a fase de auto-sustentação, de expansão contínua da economia por suas próprias forças, como procura eliminar os vínculos de dominação da economia nacional pela estrangeira, e desmontar internamente os sistemas de opressão social, que fazem prevalecer interesses de uma classe ou de um grupo sobre os outros, com o sacrifício inevitável do interesse geral da nação.

Assim, desenvolver-se é sempre emancipar-se. Emancipar-se externamente, pela extinção de vínculos de dependência a centros de decisão, políticos ou econômicos, localizados no exterior. E emancipar-se internamente, o que só se alcança através de transformações da estrutura social, capazes de instituir, paralelamente ao enriquecimento, uma sociedade aberta, com oportunidades equivalentes para todos, e uma distribuição social da renda apta a assegurar níveis satisfatórios de igualdade.

A esse sentido de emancipação, dado ao desenvolvimento, prendem-se duas características fundamentais da política externa independente: 1º) o primado dos

princípios de não intervenção e de auto-determinação dos povos; 2º) a rigidez da posição anti-colonialista.

Os princípios de não intervenção e de auto-determinação não são simples construções jurídicas, nem se acham necessariamente relacionados com a vigência de instituições democráticas e a prática de eleições livres, embora encontrem, numa e noutra, as condições mais perfeitas e favoráveis à sua aplicação. Há no mundo de hoje, como houve em outras épocas, países sob regimes totalitários, ou sob governos apoiados em partidos-únicos, que nem por isso deixam de estar sob a proteção internacional do princípio de não intervenção e ao abrigo da intromissão da vontade de outros povos em seus negócios internos.

É que esses princípios protegem, vertendo-o para a ordem jurídica, o próprio processo histórico, ao longo do qual os povos se transformam sob o ditame exclusivo de suas experiências e aspirações. Muitas vezes, estas os afastam temporariamente do primado da lei e do respeito às liberdades. Não seria, porém, uma forma válida de "corrigir-lhes" a história, submetê-los à vontade de um outro povo, ou de uma organização de povos, que lhes ditasse, de fora, mesmo temporariamente, os rumos nacionais. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história de cada povo, e de esperarmos que ele próprio, pelos mecanismos múltiplos de elaboração e transformação de sua consciência, encontre os rumos que lhe convém, e que só são legítimos, só são autênticos, se representarem uma experiência e uma escolha, e não uma entrega ou uma imposição.

O anti-colonialismo, por sua vez, converge para os mesmos fins que a autodeterminação protege e evidencia. Se a luta contra o subdesenvolvimento é, acima de tudo, luta pela emancipação, e se esta importa em desvincular-se de toda sujeição a centros de decisão e de influência colocados fora do país, é óbvio que a manutenção de laços de dependência política a antigas metrópoles, seja qual for a qualificação jurídica que se lhes atribua, é incompatível com a conquista de rumos próprios de desenvolvimento, e suscita a solidariedade dos povos em condições de prestá-la.

Qualquer transigência com interesses colonialistas pode representar, no terreno das concessões mútuas, uma vantagem a curto prazo, mas a longo prazo, quebra a coerência da política externa de um país em luta por sua própria emancipação, e compromete os laços de confiança que a identidade de objetivos tende a estabelecer entre ele e outros países, no mesmo ou em estágio próximo de afirmação.

Desejo agora situar a política independente em face da polarização do mundo moderno pelo Ocidente democrático e o Oriente socialista. A independência não exclui, e pelo contrário, favorece a tomada de uma posição definida e coerente na extensa gama de soluções políticas, que nos oferecem graus e formas de democracia, desde as representativas, de base predominantemente pluripartidária, sistemas eficientes de garantias individuais e economia de livre empresa, até as populares e socialistas, com base em partidos-únicos e economia de Estado, centralmente planificada.

No caso do Brasil, o seu advento não trouxe a menor incerteza, mas, pelo contrario, deu ensejo à reafirmação da posição democrática do País, que procura atingir os objetivos da emancipação econômica conciliando a preservação das instituições representativas e das liberdades públicas com reformas sociais, e o desenvolvimento de uma economia de mercado, com formas de planejamento em que se somem as contribuições da empresa pública e da empresa privada.

A tomada de uma posição própria – correspondente às aspirações do seu povo, às tradições de sua cultura e às circunstancias geográficas e históricas que o envolvem – não exime, entretanto, o país que atinge culturalmente a fase da objetividade, e da política externa independente, de procurar condições de convivência sem subordinação com todos os Estados, sejam quais forem os regimes que pratiquem e as ideologias que professem. Essa procura assumiu, aliás, em face dos desenvolvimentos mais recentes da política mundial, um sentido a mais de resistência a qualquer forma de partilha de áreas de dominação ou de influência, e de manutenção do caráter competitivo da coexistência. Se a fixação de áreas de influência pode-trazer alívio temporário às tensões internacionais, a diminuição da competição favorece a estagnação e o isolamento, e por conseguinte retarda o processo de emancipação dos povos em curso de desenvolvimento, Estes, havendo atingido os meios de identificar o rumo do interesse próprio, e de inscrevê-lo no âmbito maior do interesse do universo, podem situar-se e mover-se com flexibilidade no cenário internacional, sem sofrerem, em seu comportamento, as deformações da dominação estrangeira, ou as do ressentimento e do preconceito. Com o advento da sua política externa independente, o Brasil conquistou essa flexibilidade como um traço de maturidade; o receio de identificar-se daí por diante com uma posição soviética, num caso específico, representaria um retrocesso, tanto quanto a preocupação de hostilizar, por sistema, posições dos Estados Unidos, teria o caráter de um comportamento imaturo, sem fundamento numa avaliação correta do interesse do País.

Fica assim também dissipada, qualquer confusão entre a independência e o neutralismo. A independência é um estágio a que os povos atingem pela transformação de sua consciência, e que lhes permite adotar, na polarização política de hoje, ora uma das posições propostas, ora uma alternativa diversa, mas sempre nacional, isto é, autônoma. Já o neutralismo é uma linha de ação, adotada por motivos táticos, que tende para a rigidez de uma posição intermédia, e que, aliás, teve fastígio mais breve do que se supunha, ante as modificações havidas no cenário mundial.

Também é necessário escoimar a escolha da independência de qualquer laivo de oportunismo. Não é para trocar influências ou negociar interesses próprios, que as médias e pequenas potências são levadas a emprestar sua cooperação à redução das tensões mundiais e ao aprimoramento de formas de coexistência pacífica e contensão do risco militar. O que as conduz a esse objetivo é, em primeiro lugar, a primazia do problema da paz nas relações internacionais, problema a que os povos desarmados podem levar uma contribuição positiva, na medida em que souberem cooperar no fortalecimento das relações e na aceleração de entendimentos entre as grandes potências, mas a que podem levar também uma contribuição negativa, na

medida em que preferirem reforçar o contingente de antagonismo e incompreensão, mediante a tomada de posições com escôpo de provocação ou preparatório de negociação ulterior; é, em segundo lugar, a redução progressiva do próprio antagonismo entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista, depois que, nos últimos anos, o principal centro de elaboração doutrinária do comunismo, a União Soviética, marcou uma posição nova em relação à inevitabilidade da guerra e da revolução violenta em escala mundial, abrindo a oportunidade de entendimentos, que culminaram na assinatura do acordo multi-lateral de proibição de certas provas atômicas sem inspeção in situ, primeiro e consistente passo no rumo de uma política de limitação consensual de riscos, capaz de conduzir em seus desdobramentos ao desarmamento total; e, em terceiro lugar, o confronto e o intercâmbio de experiências sociais e observações científicas entre o mundo ocidental e o socialista, com o resultado indiscutível de haver feito reduzir-se a tradicional aversão dos comunistas ao reformismo social, e de haver estimulado em países democráticos, como o Brasil, a convicção da necessidade e da urgência das reformas, como condição essencial à preservação das próprias instituições democráticas.

À medida, porém, que parece estreitar-se a fenda entre o mundo ocidental e o socialista, na qual corriam os povos (e ainda correm) o risco de se verem tragados e desaparecerem, uma outra se abre e se dilata ao impulso de outras transformações sísmicas, separando os povos industrializados e equipados para a vida moderna dos subdesenvolvidos.

De nada valem, na resultante final, os esforços e anseios destes últimos para galgarem, já no limiar da era planetária, em que penetramos, os níveis da civilização industrial. Fatores diversos, superiores às forças de cada povo, impelem, de um lado, os países desenvolvidos no rumo de padrões cada vez mais altos de poder econômico, e tornam insuficientes, ou mesmo, em certos casos, negativos, os esforços dos sub-desenvolvidos para alcançá-los. O primeiro desses fatores, incontestavelmente, a concentração de recursos culturais e tecnológicos, que só os países plenamente desenvolvidos estão aptos a mobilizar, em escala adequada, para a pesquisa, a modernização, a renovação de sua economia, de seu governo, de sua segurança e a elevação de seu bem estar. O segundo reside na própria estrutura do comercio mundial, que não favorece uma expansão adequada da participação em seu crescimento dos países produtores de artigos primários, nem um aumento suficiente de suas receitas cambiais, mas pelo contrário acusa uma tendência para agravar, nos próximos anos, o seu endividamento, deixando-lhes, como alternativa, a redução compulsória do fluxo de importações e, portanto, a queda do índice de desenvolvimento. O terceiro, que soma o seu efeito ao do fator anterior e pode ser, assim, com ele apreciado conjuntamente, é o alto índice de crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, que exacerba as dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento, tornando de consecução improvável as metas modestas de crescimento da renda per capita, propostas em reuniões internacionais, e exigindo soluções que ainda estão a desafiar a imaginação e a investigação dos homens de Estado e de ciência.

Sob a pressão de tais fatores, cumpre reconhecer que, ou algo de eficiente se faz na estrutura mesma da economia mundial, modificando as relações de intercâmbio

entre os povos, ou estaremos condenados a assistir a um processo de pauperização e distanciamento cultural do mundo sub-desenvolvido, cujo resultado pode ser tão sombrio, quanto os que nos eram apontados como decorrência inevitável da transformação do conflito ideológico em conflito militar.

Não será um corretivo válido para essas perspectivas um simples estímulo a programas nacionais de auxílio externo. Esses auxílios, prestados, em áreas selecionadas, por países economicamente mais poderosos, sob a forma de empréstimos a longo prazo e investimentos privados, podem representar um incentivo valioso e proporcionar recursos de suma utilidade, sobretudo na medida em que os países receptores se mostrarem capazes de oferecer planejamento próprio para os seus programas e projetos, e de disciplinar os fatores econômicos internos, controlando a inflação e praticando a aplicação seletiva dos seus próprios recursos, mas nem por isso deixará de ser indispensável contar com uma receita cambial em expansão, capaz de responder pela amortização e pelo serviço dos empréstimos recebidos, e de ainda fazer frente aos incrementos da importação, sobretudo de bens de capital, requeridos pelo desenvolvimento econômico.

De modo que a política de ajuda externa nos reconduz sempre ao problema da expansão e valorização do comércio dos países sub-desenvolvidos, isto é, ao problema de fazer reverter sua tendência atual, que não é para a expansão, mas para a contração em termos relativos, nem para a valorização, mas para a deterioração, com recuperações, intermitentes, dos termos de intercâmbio.

É a magnitude deste problema que assina um posto de destaque, na formulação da política externa, não só do Brasil, mas de todos os países sub-desenvolvidos, à Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, convocada para 1964. Tornou-se evidente que as questões relativas ao intercâmbio comercial não podem ser apreciadas com eficácia senão no plano mundial, em reunião de que participem todas as potências interessadas, e provavelmente não numa reunião única, mas numa série, de que a de 1964 será a primeira, e em que se processará a transferência do problema do âmbito, demasiado estreito, das reivindicações nacionais de países prejudicados para o âmbito mais largo da responsabilidade internacional.

Só assim, conseguiremos realizar, em relação ao comércio e ao sub-desenvolvimento, uma transformação pacífica e progressiva, que bem poderá vir a ser comparável à obra das Nações Unidas na extinção gradual do colonialismo.

Seria mesquinho circunscrever os fins da Conferência à revisão crítica dos órgãos internacionais existentes, e até mesmo limitá-la a problemas específicos comerciais. Na verdade, ela comportará, se for compreendida com a necessária largueza, a vitalização de organismos já existentes, a disciplina de fluxos comerciais que esses organismos não se tem mostrado aptos a coordenar, e o exame de novos rumos para a própria cooperação financeira internacional. Esta cooperação terá de sair da esfera da competição de influências, transferir-se gradualmente para um mecanismo de caráter mundial, e ser posta em correlação com a capacidade de pagar dos países

que a recebem, mediante a adoção de planos capazes de eliminar a inferioridade crônica de suas estruturas.

Parecem, assim, ser estes os rumos que se deparam à nossa política externa: no tocante ao antagonismo político-militar persistente entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista o fortalecimento da coexistência e a preservação da competição política; no tocante ao antagonismo econômico-social entre países desenvolvidos e sub-desenvolvidos, a reestruturação mundial do comércio, e a reformulação, sobre uma base internacional, da política de cooperação econômica e desenvolvimento.

Esta linha não contradiz os rumos da política regional, que temos procurado seguir no hemisfério, nem se choca com os objetivos de expansão do mercado, relacionados com a criação da Zona Livre do Comércio Latino-Americana. No tocante à política regional, é oportuno exprimir a esperança de que a Organização dos Estados Americanos, como órgão representativo da soma das soberanias e das características nacionais dos países que a integram, evolua, como vem sucedendo às Nações Unidas, no sentido de expressar as contradições existentes entre eles, e de constituir-se num fórum permanente, onde os contrastes se harmonizem sem serem violentados. A tendência contrária, que ultimamente nela se tem às vezes observado, para a rigidez, para a unanimidade forçada, ou para a imposição de decisões majoritárias à minoria discordante, não contribui para fortalecer historicamente o vigoroso instrumento, que tanto pode fazer, bem orientado, pela consolidação dos laços de mútua confiança entre os povos americanos.

Quanto à Zona Livre de Comércio, cabe reconhecer que seus resultados são, até agora, pouco expressivos, mas nenhuma industrialização será realizável na América latina, com dimensionamento adequado, se não encontrarmos, através de negociações e ajustamentos, os meios de somar à capacidade de cada mercado nacional a dos mercados vizinhos, formando um todo que se encaminhe para as características de um mercado comum, e talvez mais adiante, de uma verdadeira união aduaneira.

Uma política de integração regional entre países homogêneos, que não oferecem perigo de se prejudicarem mutuamente no esforço de desenvolvimento, terá seu complemento natural num acordo de pagamentos, e também num acordo de investimentos, o qual poderá favorecer a divisão regional de trabalho e economizar duplicação de iniciativas, onde esta não seja aconselhável.

Aí estão algumas linhas mestras do que parece ser a política externa, cujo advento marcou, em 1961, uma etapa de maturação do nosso povo, mas que não pode ser vista como obra concluída e definida, e sim como processo em curso de afirmação e elaboração. Sua essência nada mais é, como procurei mostrar de início, do que a conquista da objetividade na apreciação de nossos interesses internacionais, e a aplicação de critérios racionais ao tratamento desses interesses. Desejo acentuar que ela não nos afasta, antes nos aproxima, dos Estados Unidos da América e das democracias ocidentais, a que nos vinculam, não apenas tradições políticas, mas aspirações democráticas comuns e, numa proporção dominante, os nossos interesses financeiros e comerciais. Essa aproximação se faz, porém, por meios e

com objetivos, que dão um sentido altamente construtivo, e abrem perspectivas amplas, à convivência e à cooperação, e que não excluem, antes estimulam, as boas relações com todos os povos.

Para uma política externa que amplia a área de suas responsabilidades e iniciativas, que já não pode contentar-se com questões de fronteira e vizinhança, nem descansar à sombra de alianças, sem tomar sua quota de risco na avaliação das mais remotas questões internacionais, é claro que o Brasil terá de reequipar o seu serviço diplomático, expandindo-o, dando-lhe quadros adequados, criando carreiras técnicas auxiliares, melhorando seu sistema hoje rudimentar de comunicações, e chamando a si o controle de informações, que temos dificuldade mesmo em fiscalizar.

A última reforma do Itamarati representou um passo significativo. Iniciada, porém, em 1951, e elaborada ao longo de dez anos, ela já trouxe consigo a necessidade de revisão, e ninguém melhor do que os homens que hoje dirigem esta Casa se acha em estado de propor ao Governo as linhas de uma reformulação.

Acredito que ela deva alcançar a fundo o curso de formação de diplomatas, a que deve ser dado o caráter de especialização profissional de intensa atualidade, onde se explore em todo seu significado a posição do nosso país no cenário mundial e no regional, e assim se crie desde os alicerces da preparação a óptica da política independente do Brasil.

Meus caros paraninfados

Congratulo-me convosco pela presença, nesta solenidade, do Exmo. Sr. Presidente da Republica, Dr. João Goulart. Nele não vemos apenas o Chefe do Governo, que tem sob sua responsabilidade a condução da política externa, mas o homem público, que desde os primeiros dias do seu governo, deu à independência do comportamento internacional do nosso País o melhor de sua capacidade de luta, sem esmorecimentos. É como presidente da política externa independente, que o podemos e devemos homenagear, pois creio que tanto eu, como os que me sucederam à frente desta Secretaria de Estado, estamos em condições de dar testemunho da marca pessoal e da preocupação constante, com que o Presidente tem zelado pela política externa e pela definição de seus atributos.

Quero exprimir também a minha satisfação por vir paraninfar esta solenidade quando à frente do Itamarati se encontra um diplomata, que é um dos expoentes de sua carreira e de sua geração, e que eu próprio tive a ventura de contar como um dos meus colaboradores mais diretos e eficazes: o Embaixador J.A. de Araujo Castro.

É tempo, agora, de ouvirmos a palavra da mocidade. Ela nos traz, não o calor ingênuo do entusiasmo, mas a inquietação do seu senso precoce de responsabilidade pública, e é dela, de sua experiência, por assim dizer antecipada, das incertezas e dificuldades por que passa o nosso País, que esperamos colher a energia e a confiança, com que havemos, ainda em nossa geração, de plasmar o futuro.